

# Reflexões sobre o estágio na educação infantil: contribuindo para uma prática de ação\*

Andrêssa Silva Rodrigues<sup>1</sup> e Sânzio Danilo de Oliveira Santos<sup>2</sup>

1 Discente do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil. E-mail: [contatorodrigues@live.com](mailto:contatorodrigues@live.com)

2 Discente do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil. E-mail: [sanziodanilo@gmail.com](mailto:sanziodanilo@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo, cuja temática envolve a reflexão do trabalho docente no Estágio Supervisionado na Educação Infantil dentro de uma instituição de educação formal, no município de Itororó-BA, que atendem crianças de 3 a 6 anos, tem como objetivo discutir e refletir sobre os desafios enfrentados pelos estagiários na modalidade de estágio na rede pública de ensino. Neste trabalho serão apresentadas algumas impressões e reflexões, que emergiram durante a docência na educação infantil referentes ao projeto de intervenção aplicado sob forma de Estágio Supervisionado. Para tanto, utilizou-se da ludicidade como metodologia para que ocorresse um trabalho humanizado, contextualizado e significativo. Elencado um breve percurso sobre a Educação Infantil, bem como as práticas de cuidar e educar diante os documentos. Embora, este artigo esteja fundamentado em pesquisa de cunho bibliográfico, é pertinente destacar que, o mesmo também traz importantes contribuições relacionadas à prática docente e as experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado na Educação Infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil, Estágio Supervisionado, Docência.

**Reflections on the stage in early childhood education: contributing to an action practice**

**ABSTRACT:** This article, whose theme involves teaching work of reflection on the Supervised Internship in kindergarten within a formal educational institution in the city of Itororó-BA, serving children 3-6 years old, aims to discuss and reflect about the challenges faced by trainees on internship modality in the public school system. In this paper we will present some impressions and reflections that emerged during teaching in early childhood education for the intervention project implemented in the form of supervised internship. Therefore, it was used as a methodology for playfulness that occurred a humanized work, contextualized and meaningful. Part listed a brief course on early childhood education, as well as the practices of care and education on the documents. Although this article is based on bibliographical research, it is pertinent to point out that, it also brings important contributions related to teaching practice and experiences during the Supervised Internship in kindergarten.

**Keywords:** Early Childhood Education, supervised internship, Teaching.

---

\* Artigo apresentado a disciplina Estágio na Educação Infantil, como requisito correspondente ao relato de experiência vivenciada durante a realização do Estágio numa escola pública no município de Itororó (BA).

## 1 Introdução

O presente artigo resulta de um trabalho referente à disciplina de Estágio Supervisionado sob forma de aplicação do projeto de intervenção como prática de ensino, desenvolvido em uma escola-creche no município de Ipororó-BA, no período de outubro a novembro de 2014. Com o objetivo de discutir e refletir sobre os desafios da docência na Educação Infantil. Este trabalho organiza-se da seguinte forma: na primeira parte apresenta um breve percurso sobre a concepção de criança e infância, em seguida sobre histórico da Educação Infantil, destacando a forma como a mesma tem se organizado legalmente na atualidade; em seguida, abarcar as relações de cuidar e educar diante os documentos e ressaltando a ludicidade como alavanca do conhecimento. Com o escopo de evidenciar o trabalho docente desenvolvido na escola-creche, por meio de uma prática de ensino, apresenta-se, na segunda parte deste artigo, a organização do estágio, com reflexões acerca da especificidade da Educação Infantil. Não obstante a disciplina de Estágio Supervisionado sob forma de prática de ensino contemple diversos aspectos que abarcam o trabalho desenvolvido pelo professor Pedagogo em uma Escola-Creche de Educacional Infantil, este trabalho limita-se às reflexões referentes à docência, tendo em vista que a prática docente na educação de crianças de três a cinco anos, ainda tem se caracterizado como um grande desafio.

## 2 Concepção de criança e infância

No percurso histórico houve um alongamento no enfoque da infância e criança como elementos essenciais das pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas. Delongou mais ainda em relação ao entendimento da criança tida como um sujeito histórico e de direitos, havendo estudos sobre as representações infantis, culminando para uma construção social da infância.

Nas produções sobre a história da infância, fica evidenciado que a preocupação com a criança, se dá a partir do século XIX. Porém, não se tinha constituído como um problema social deste século, pois não foi suficiente para tornar a problemática, acerca do conceito de infância, para uma investigação científica. Para Ariès (1973), a partir da década de sessenta, os campos da história da infância e da história da educação, aparentavam serem campos inconciliáveis de pesquisa.

Desta forma, a construção social do conceito de infância, deu-se a partir dos séculos XVII e XVIII. Pode-se analisar esta datação a partir dos estudos de Carvalho (2003, p. 47):

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância.

Neste aspecto, a posição social da criança na arte e escrita aparece entre os séculos XVI a XVII, consistindo a infância uma especificidade da criança, um elemento crucial da diferenciação do adulto. Segundo Ariès (1981), são vários os fatores que contribuíram para a concepção do sentimento de infância. Dentre esses fatores, destaca-se o processo de escolarização bem como principal objetivo, havendo a separação das crianças do mesmo ambiente de convívio dos adultos. No segundo fator, há o crescente sentimento de família, bem como a fabricação de brinquedos específicos para as crianças.

Antes do século XVI, não havia distinção entre as pessoas, todas eram consideradas iguais independente de sua idade, ou seja, havia vários estágios que não eram bem definidos. As crianças por não terem qualquer tipo de poder, ficavam vulneráveis à violência dos mais velhos (ARIÈS, 1973). Entretanto, não se nega a existência biológica destes sujeitos. Mas reconhecer que antes do século XVI, a consciência social não assentia a essência da infância como um grupo distinto do gênero humano.

Através da Arte, por volta do século XVI e XVIII, a criança mostra-se como centro do mundo familiar, sendo no século XVII, a partir da escolarização a família passa a organizar-se em torno da criança, estabelecendo o foco no cuidado e na educação.

Os autores esclarecem que:

Em meio a este dualismo, surge no século XVII, nas classes dominantes, a primeira concepção real de infância, a partir da observação dos movimentos de dependência das crianças muito pequenas. O adulto passou, então, pouco a pouco a preocupar-se com a criança, enquanto ser dependente e fraco. Fato este, que ligou esta etapa da vida a ideia de proteção (NASCIMENTO et al. 2000, p. 5).

Nesta perspectiva, o significado de infância designava-se para a primeira idade de vida, demarcando o cuidado, a proteção, que persiste até os dias de hoje. Em detrimento a isto, Ariès (1981), explana que o século XVIII ocasionou um entendimento de infância na perspectiva de liberdade e autonomia. No século XIX, as crianças eram tidas como adultos em miniatura, já no século XX, as crianças são vistas como seres de direito e desenvolvimento, graças a influência de educadores e psicólogos. Assim, o contexto que a criança e família passaram no decorrer da história elucida o lugar central que ocupam na dinâmica social.

No século XIX, em específico no Brasil, devido ao maior tempo que as mães passavam nas indústrias, não tinha como cuidar e amamentar seus filhos pequenos. Como as empresas absorviam a maior parte de seu tempo, era necessário encontrar outra forma de atendimento aos seus filhos. Nesta perspectiva, a educação e o cuidado para as crianças tornou-se o centro dos debates políticos, como também nas reformas escolares.

O desenvolvimento demográfico e urbano trouxe ao sistema político-econômico a necessidade de lidar com questões relativas ao trabalho feminino e à organização de espaços dedicados ao cuidado e à educação de crianças pequenas (SOUZA, 2007, p. 18).

As primeiras instituições pré-escolares surgidas no Brasil, passar a existir através dessa demanda, de caráter assistencialista, elaborando propostas educacionais que serviram como metas para o Estado.

Assim sendo, Charlot (1986, p. 108), faz perceber a base da concepção de infância na perspectiva social, em que “a imagem de criança assume, nos sistemas filosóficos e pedagógicos, as dissimulações do aspecto social dessas contradições, por trás de considerações morais e metafísicas”. De tal modo, o autor afirma que a infância não é um dado natural e sim um dado sócio histórico, pois constrói-se a partir de interesses sociais e culturais em uma sociedade, em um certo lugar e tempo.

Em meio ao século XIX até a década de 1980, houve organizações que visava assegurar os direitos da mãe e da criança. As condições estabelecidas constituíram das transformações sócio-políticas que abarcavam a luta das mulheres para adquirir melhores condições de trabalho e que lhes garantissem um espaço apropriado para o cuidado e a educação de seus filhos pequenos.

Deste modo, pudemos analisar que a educação para as crianças pequenas

no Brasil, iniciada no final do século XIX, percebia a criança como incapaz, desconsiderando suas potencialidades, uma educação de cunho assistencialista, legitimado pelas políticas estatais.

A priori, os educadores tiveram a ideia de que a criança pobre necessitava ser doutrinada/disciplinada, alimentada e subordinada a atividades que suscitam a escolarização precoce em decorrência das tarefas de cunho educativo que visava o aprimoramento de suas capacidades. Neste percurso, sobre a educação da criança no Brasil, este cenário começa a mudar a partir da Constituição Federal de 1988 que tratava da construção de uma nova trajetória do nível de educação. Passaremos no próximo tópico a elencar com mais objetividade sobre a Educação Infantil e seu processo como formação pessoal e social da criança.

### 3 Discorrendo sobre a educação infantil após LDB

Através da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB), há definição de que os municípios são responsáveis na oferta de Educação Infantil. Com isso, fica a cargo dos órgãos federais a orientação sobre os padrões de atendimento que precisam ser acompanhados pelos sistemas educacionais tanto estaduais, quanto municipais. Isto também inclui as escolas privadas.

Evidencia-se no Art. 29, da Lei de Diretrizes e Bases atualizada para nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

As instâncias de Educação Infantil ficam a cargo de desenvolver nas crianças um desenvolvimento integral e de suas potencialidades, atrelado ao cuidar e educar. Desenvolvendo objetivos claros para a formação pessoal e social da criança pequena. Visando a ampliação de suas características e potencialidades para um desenvolvimento amplo de sua identidade e autonomia.

Em 1998, foi publicado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Enviados a escolas de todo o país, proporcionando contribuições para os projetos pedagógicos das prefeituras e também das unidades de Educação Infantil (Brasil, 1998).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), compreende que o papel da Educação Infantil, é de propiciar nas crianças pequenas a noção e percepção do mundo e pessoas que a cerca. Em relação a entenderem sua cultura, suas relações interpessoais, sua identidade e diversidade é papel do âmbito escolar e, sobretudo do educador.

Diante a esses empenhos, o Plano Nacional de Educação – PNE – estabelece algumas metas para a qualidade da educação básica, em específico da Educação Infantil, sendo ela:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014, p. 9).

De forma que garanta um ambiente que possibilite os educadores e todas as pessoas que compunha o âmbito escolar, desenvolver um trabalho visando o desenvolvimento dos sujeitos. As instituições devem conter um espaço interno e externo para o desenvolvimento das atividades, com boa iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário. Que contenha instalações sanitárias para a higiene pessoal das crianças e dos profissionais que trabalham na instituição. Bem como, instalações para o serviço de alimentação. Segundo as diretrizes curriculares e o currículo da Educação Infantil, contendo mobiliário, materiais pedagógicos incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar. São artifícios que elencam uma boa qualidade nesta modalidade de ensino, mas que em algumas instituições não passa de utopia, pois ainda é algo presente e marcante a precariedade do ensino e do ambiente escolar.

Conforme Brasil (1998, p. 11), “a instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas

relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas”.

Pertinentemente a esta perspectiva, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, estabelece em seu Art. 31 as seguintes regras comuns que a educação infantil deve conter em sua organização:

- I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

As instituições de educação infantil além de terem o dever de cumprirem essas regras, estar devidamente atualizado o Projeto Político Pedagógico, bem como o Plano de Ação. Ou seja, um currículo pautado na disseminação do conhecimento e na humanização dos sujeitos inseridos nessas instituições, possibilitando hábitos culturais diversos e de adquirir conhecimento da sua realidade e de outros contextos.

Assim sendo, o papel do educador na educação infantil, é fazer com que a criança estabeleça confiança em si mesma, em suas competências e nos outros. Tendo respostas positivas de suas ações e apreensão da realidade. Conforme sua relação com o bebê e/ou criança, sua mediação irá proporcioná-las a interpretação de mundo ou do local que estão inseridos, constituindo valores, regras, atitudes e hábitos para a inserção naquele grupo. Estabelecendo um elo de confiança entre a criança e de quem a cuida.

Portanto, os objetivos para a educação infantil de acordo com o RCNEI (1998), inclui desígnios para as crianças de 0 a 3 anos, fazer com que elas se familiarizem com a imagem de seu próprio corpo, percebendo seus limites e sensações, criando hábitos de higiene, que brinque e saiba relacionar-se com outras crianças e adultos. Para as crianças de 4 a 6 anos tem como objetivo a autoconfiança e apresentem uma imagem positiva de si mesma, que respeite o próximo e saiba exigir essa reciprocidade, com ações de colaboração e solidariedade.

#### **4 As práticas de cuidar e educar diante dos documentos**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – de 1996, inovou ao colocar e/ou incluir a educação infantil as creches e pré-escolas como a primeira etapa da educação básica. Há de se perceber que nos documentos posteriores começa a ser percebida a ênfase na integração do cuidar e educar.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI – de 1998, sugere que seja indissociável as ações de cuidar e educar crianças de 0 a 6 anos idade. De acordo com o referencial, educar significa:

“(...) propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis” (RCN/I, vol. I, 1998, p.23).

Em relação ao cuidar, define-se que é a:

“(...) parte integrante da educação, embora exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica, ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas” (RCN/I, vol. I, 1998, p. 24).

A reflexão acerca do cuidar e educar, traz a relevância do planejamento dos educadores para ser trabalhado o ato educativo e o cuidar. A maneira como a criança é recebida na creche,

tanto pelos educadores quanto pelas outras crianças faz a diferença na construção de sua identidade, afetividade e autoestima. Para que as crianças possam construir sua autonomia é necessário que os educadores planejem oportunidades onde possam dirigir suas próprias ações. Esse planejamento da construção de cidadãos solidários e cooperativos, deve constar no currículo, bem como a cultivação da preocupação ética, para que as crianças percebam esses elementos concretos no cotidiano da instituição (RCNEI, 1998).

Assim sendo, o ato de cuidar passa do caráter assistencialista e adquire um caráter educativo, com as relações de interação entre criança-criança e criança-adulto, da mesma forma em que a ação de educar submerge do caráter tão-somente escolar, com a preocupação exacerbada com o intelecto.

O cuidar e educar no olhar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

“As instituições de Educação Infantil devem definir em suas propostas pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/ linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível” (Resolução nº022/98, artigo 3º inciso III).

É notável a proposta da integração entre o cuidar e o educar na Educação Infantil, entanto não faz referência a junção das práticas dos dois profissio-

nais, ou que precisem partir de uma mesma proposta educativa.

Os educadores devem possibilitar uma visão integradora do desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos. Tomando cuidado para essa prática que é indissociável - cuidar e educar – não torne mecanizada e cheia de regras. Elas devem percorrer um caminho com ações que construam na totalidade, a identidade e autonomia da criança.

### **5 Ludicidade como promoção do desenvolvimento infantil**

A ludicidade está relacionada com a criatividade, autonomia, liberdade e interação entre as pessoas envolvidas neste processo. É um artifício que os docentes usufruem para aprimorar e despertar o gosto pelo conhecimento de seus educandos, de maneira prazerosa e participativa.

Segundo Carvalho (2013), quando o professor utiliza da ludicidade e do jogo, possibilita a criança pequena desenvolver suas particularidades como a afetividade, criatividade, o prazer, as interações entre as pessoas e a cooperação. Freire (1997, p. 46), explica que:

A criança faz uso da imaginação, vive e encarna um sem número de relações. Saltar um rio largo, atravessar uma ponte estreita, repartir a comida feita, são atividades que materializam, na prática, a fantasia imaginada, e que retornarão depois da prática em forma de ação interiorizada, produzindo e modificando conceitos, incorporando-se às estruturas de pensamento. Ou seja, no brinquedo

simbólico a ação vai e vem incessantemente, da ação ao pensamento, modificando-se em cada trajeto, até que as representações do indivíduo possam se expressar de forma cada vez mais compreensível no universo social. A prática social não interrompe, contudo, esse jogo de idas e vindas da ação e da representação, pelo contrário, sofisticada cada vez mais as representações que o sujeito faz do mundo.

A proposta lúdica, permite ao educador elaborar uma metodologia que desafie a criança e/ou aluno a querer aprender, de maneira dinamizadora, respeitando seu o universo cultural despertando a valorização da criatividade, da sensibilidade e da afetividade.

O professor deve promover nas crianças uma aprendizagem significativa. Isso vale também para os espaços na escola, promover situações lúdicas e criativas as crianças em outros espaços, que dê liberdade a elas de se locomoverem com mais facilidade e prazer.

Quando a criança tem a possibilidade de transformar as regras do jogo ou cria uma brincadeira na escola, afasta-se do espaço tradicional de ensino, lançando-se como autor de um jogo, instituindo uma experiência lúdica que proporciona fruição corporal. Esse jogo, segundo Callois (1990, p. 158) "é uma atividade livre em que o homem se encontra liberto de qualquer apreensão a respeito de seus gestos. Ele define o alcance. Define igualmente as condições e as finalidades".

Para Jean Piaget (1978) *apud* Spigolon (2006), os jogos não têm apenas o caráter de entretenimento, com função de gastar as energias das crianças, contudo tem alguns meios que contribuem no desenvolvimento intelectual. Focalizar a brincadeira é consentir essa ampliação, pois o jogo como método lúdico impulsiona ao favorecimento da assimilação de realidades intelectuais exteriores à inteligência infantil.

## 6 A proposta de intervenção

O projeto de intervenção durante o Estágio Supervisionado, propôs a promoção do desenvolvimento das crianças pequenas, em uma escola/creche no município de Ipororó-BA, o projeto foi aplicado no maternal, com 18 crianças na faixa etária entre 3 aos 5 anos, através dos espaços da escola possibilitando atividades lúdicas, concernindo em uma aprendizagem dinamizadora e significativa. Trabalhando com os conteúdos de acordo ao currículo da Educação Infantil.

O projeto analisou como o aproveitamento dos espaços fora de sala propicia melhor desenvolvimento nas crianças. Bem como, averiguou se através de outros espaços na escola, as crianças conseguem desenvolver o trabalho em grupo, participação, criatividade e atenção de acordo ao conteúdo trabalhado na semana. Assim, avaliando o desenvolvimento da lateralidade, memória, concentração, afetividade, movimento e estratégia.

Em relação as ações, a intervenção foi feita nos momentos de movimento,

linguagem oral, matemática, ciências naturais e sociais e artes. Com jogos, brincadeiras livres e dirigidas. Gerando nas crianças o prazer em participar, em interagir e aprender. Os locais utilizados da escola foram a sala de aula, os dois pátios, o da entrada e do fundo. No caráter avaliativo, levou-se em consideração os aspectos precitados, avaliando seu processo e não o comportamento.

## 7 Análise da situação didática

O estágio supervisionado na formação docente é uma experiência relevante para a identidade profissional, pois o estagiário tem a chance de poder verificar a obtenção de saberes, a reflexão sobre a conduta e a construção de uma prática atrelada a busca do conhecimento. Estando sempre em contínuo processo de aprendizagem e desenvolvimento.

No período observação, analisei que o espaço na sala era pequeno para as crianças interagirem, pois, a escola não tem uma proporcionalidade gratificante para que as atividades pedagógicas ocorram de forma prazerosa até mesmo em uma atividade que lhes cobrasse o movimento. Meu planejamento foi voltado para intervir nesses momentos, acerca do currículo da escola. Com tema de intervenção: Aproveitamento dos espaços na escola para situações lúdicas.

O estágio durou 3 (três semanas), selecionei os momentos significativos para a análise de uma prática que é comprometida com o processo de de-

envolvimento da criança, no movimento dialético ação-reflexão-ação.

- *Primeira semana:*

Na observação notei que as crianças tinham muito prazer em desenhar e/ou colorir e principalmente nos jogos que a professora promovia. Minha regência além de aproveitar os outros espaços na escola, teve um caráter lúdico. Na primeira semana da regência, identificamos de forma lúdica as cores, a diferenciação de maior – menor, a coordenação motriz através da dança e de exercícios.

Figura 1 Jogo de Boliche - Arquivo Pessoal



A imagem representa o jogo de boliche que aconteceu na primeira semana, serviu para identificar as cores e o número de acordo ao acerto. Eles gostaram desse jogo, pois além de ser divertido, criavam vínculos de afeto com seus coleguinhas ao formarem os grupos. Dessa forma Carvalho (2013) afirma, que o professor utilizando da ludicidade e do jogo, possibilita a criança pequena desenvolver suas particularidades como a afetividade, criatividade,

o prazer, as interações entre as pessoas e a cooperação.

Para diferenciarem maior de menor, assim como esquerda e direita. Foi utilizado músicas, mas esta brincadeira não foi livre e sim dirigida. Para dizer se era maior ou menor eles se agachavam ou procuravam objetos dentro de sala ou na escola conforme o especificado. As vezes se confundiam, mas eu procurava sentar com os que tinha dúvidas e refletíamos sobre o que era cada um e de como a forma e o tamanho designava cada objeto, eles mesmos construíam sua análise. Para que as crianças possam construir sua autonomia é necessário que os educadores planejem oportunidades onde possam dirijam suas próprias ações (RCNEI, 1998).

Ser professor da Educação Infantil ao mesmo tempo que é prazeroso é algo desafiador, como fiquei no maternal, era mais complicado ser regente nessa modalidade, pois o cuidar e educar é indissociável. É necessário ter isto bem definido em sua prática.

Pressupondo que a criança ama se movimentar e detesta ficar presa em uma cadeira só nos ouvindo, comecei a utilizar de músicas, brincadeiras que propiciasse esse elo de prazer.

- *Segunda semana:*

Nesta, foi trabalhado a identificação das cores, pois a regente havia pedido que houvesse um reforço há mais com as crianças. Bem como (re)conhecer alguns animais e os cinco sentidos. Nos primeiros dias fizemos recorte e colagem com relação aos animais domésticos e selvagens, mas eles ainda não

tinham precisão para poder identificar com mais clareza. Foi selecionado um vídeo que demonstrava essa diferença, e eles deram exemplos como: "tia, eu tenho um cachorro" outra criança afirmava: "lá em casa temos vários bichinhos, um gato, passarinho e cachorro". Eles identificavam esses como domésticos.

Figura 2 Jogo dos 5 sentidos - Arquivo Pessoal



Nesta imagem a criança está exercitando o sentido olfato, este jogo foi bem divertido para eles, pois tinham que ficar com os olhos vendados, a depender do sentido que fossem identificar. Primeiro fizemos uma roda para abordar sobre o que seria os 5 (cinco) sentidos e se eles conheciam. Alguns não sabia o que era, outros compreendiam de forma comum, e foi bem prazeroso sair da forma tradicional e aplicar um jogo que eles puderam sentir cada aspecto dos sentidos. Esta forma, é significativa para o aprendizado da criança, pois o concreto está associado com o imaginário, tornando a aprendizagem mais palpável. Através dessa experiência eles apreendiam regras, puderam fortalecer vínculos de afetivi-

dade com os colegas e saber dar a vez. Além de usufruir da imaginação e percepção, obtendo atenção e concentração.

Para identificarem os animais domésticos, depois de terem feito recorte e colagem e assistido a um vídeo, propus brincarmos de "ache o par", que é um jogo de memória e desenvolve o raciocínio lógico. Neste jogo eles iriam achar o par dos animais em seus respectivos grupos – doméstico com doméstico e selvagem com selvagem e também continha outros objetos para eles identificarem.

Figura 4 Jogo "Ache o Par" - Arquivo pessoal



Percebe-se que o papel do educador é dar voz ao discente, pois é desde pequenos que deve estimular a se expressarem, participarem e terem gosto pelo conhecimento, apreendendo regras, valores e desenvolvendo sua autonomia.

- *Terceira semana:*

Na última semana do estágio foi trabalhado com o fantoche para narrar a história infantil do filme-Os Três Porquinhos para eles dramatizarem. De-

pois teve o reconhecimento das vogais, noção de maior ou menor através da massinha e também foi valorizado a brincadeira livre. Também teve a construção de um cartaz feito pelas crianças das vogais com o nome dos animais e outro cartaz com as vogais para elas colarem os nomes dos coleguinhas ou delas de acordo a cada vogal.

Figura 6 Dramatização - Arquivo Pessoal



Na imagem acima, as crianças tinham dramatizado a história dos três porquinhos de acordo ao que elas tinham entendido, eles assistiram ao filme e este é um exercício que eles demonstram muito encanto, que é assistir. Na hora de dramatizar, os dividi em grupo ao qual cada um queria encenar e eles discutiram sobre como seria, depois eles apresentaram. A percepção e concentração deles com uma atividade desta modalidade tem mais resultado do que só pedir para eles contarem o que entenderam ou simplesmente desenharem, pois eles raciocinaram a interligação de cada cena, da fala, da expressão e do contexto da história. Com a ludicidade, aprender é prazeroso e não cansativo.

Figura 7 Colagem - Arquivo Pessoal



Nesta atividade acima, as crianças nesta creche, recortaram pela vez. Elas não sabiam como manusear uma tesoura e nem a forma adequada de cortar uma imagem, foi prazeroso presenciar isso e delas construírem sua autonomia, pois faziam isso sem minha ajuda e nem da professora que supervisionava. Eles conversavam entre si, opinando como se deveria cortar e elegendo os mais bonitos. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), é papel do educador desenvolver na criança confiança em si mesma, em suas competências e nos outros. Tendo respostas positivas de suas ações e apreensão da realidade. Logo que a sua relação com a criança, irá proporcioná-la a interpretação de mundo ou do local que estão inseridos, constituindo valores, regras, atitudes e hábitos para a inserção naquele grupo.

A ludicidade é a chave para propiciar momentos prazerosos e de muito aprendizado, com atividades que proporcionava a expressão corporal e o raciocínio. Esse tipo de prática, prova que dá para você trabalhar o currículo

da Educação Infantil numa perspectiva lúdica e prazerosa para as crianças, pois está usufruindo de algo que é primordial para a criança a favor do seu desenvolvimento. É como afirma Callois (1990), que a atividade lúdica permite ser livre de qualquer apreensão, pois define as regras, o alcance, seus sentimentos e define suas condições e finalidade.

O estágio é a vivência da construção intelectual durante os anos de estudo no curso de graduação e de aprimoramento pessoal. Não é algo dissociável da prática, é a afirmação do sujeito pesquisador e educador, que assume o papel de desenvolver e instigar seus educandos a buscar conhecimento e a emancipação humana.

## 8 Considerações finais

Dentre o processo do estágio na Educação Infantil, a relevância de atuar nessa modalidade é algo imprescindível para a formação do Pedagogo. Trazendo a possibilidade de refletir sobre a importância do educador-pesquisador no processo de mediação do conhecimento, estabelecendo que a criança é o sujeito ativo no processo de aprendizagem.

Fiquei bastante motivada com as pessoas que compõe a escola/creche que atuei, pois conquistei minha autonomia no espaço e total liberdade de mostrar minha prática, sendo reconhecida como professora. Isto é bastante gratificante para minha formação.

Em relação as orientações que a docente dessa turma do maternal me o-

ferecia, era de incentivo para eu ter liberdade de poder propor um planejamento que visasse uma nova forma das crianças poderem aprender, com uma rotina diferente e mais criativa e, principalmente dinâmica. Tanto eu quanto ela, aprendemos bastante nesse processo do estágio.

O mais relevante, é perceber que as crianças se sentiam motivadas e com prazer nas atividades propostas, tanto nos jogos, brincadeiras, contos, dança e teatro. A cada dia uma experiência gratificante e quando algo dava errado, ou quando não conseguia fazer com que uma criança sentisse prazer em participar da atividade proposta, lhe desafiava a algo que desse. Com isso ver que todas estavam aprendendo e criando vínculos de afeto, demonstrando o que aprenderam através da rotina de conversas ou nas brincadeiras livre. Ser Pedagogo é ter a convicção de que seu aluno está aprendendo, mesmo que o processo seja lento, mas a cada momento ele se percebe ativo neste processo.

## Referências

- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: Formação Pessoal e Social. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Parecer CEB nº 022 de 17 de dezembro de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infan-

til. Brasília, DF. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada em 20/5/2014. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Série Legislação.

\_\_\_\_\_. Planejando a próxima década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação, 2014.

CALLOIS, R. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.

NASCIMENTO, J. V.; BARBOSA, G. B. Estruturação das sessões técnico-táticas no voleibol infanto-juvenil e juvenil feminino: um estudo de caso. In: **Simpósio Nacional de Educação Física**, 19. 2000. Pelotas. Anais... Pelotas: Ed. Universitária, 2000. p. 115-123.

SOUZA, Gisele. **A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância**. São Paulo: Cortez, 2007.

PIAGET, Jean. **Psicologia e epistemologia**. São Paulo: Forense Universitária, 1978. 2ª edição.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo recebido em 10 de janeiro de 2015.

Aceito em 25 de abril de 2015.